

*Apresentado no GEL de 2004.*

## **A natureza do SN e do “clítico” acusativo de 3<sup>a</sup>. pessoa no processo de aprendizagem do PB**

**Marilza de Oliveira**  
Universidade de São Paulo  
marilza@usp.br

***Abstract:** This paper presents some hypotheses about the nature of the clitic and about the NP in direct object position of Brazilian Portuguese language. I briefly outline some of the results of Cordeiro's study about direct object in written language. I review the difference between learning and acquisition and conclude with some arguments in favor of the access of I-language during the process of learning, the pronominal nature of the clitic and the dislocated position of the NP.*

***Key-words:** clitics; pronoun; direct object; learning; acquisition*

***Resumo:** Apresento algumas hipóteses sobre a natureza do clítico acusativo de 3<sup>a</sup>. pessoa e sobre o objeto anafórico na forma de SN no Português Brasileiro. Apresento alguns exemplos e resultados do estudo de Cordeiro sobre a aprendizagem do clítico acusativo pela criança brasileira. Revejo a diferença entre aprendizagem e aquisição e levanto alguns argumentos em favor do acionamento da Língua-I também no processo de aprendizagem. Defendo ainda a hipótese de que o clítico tem natureza pronominal e de que o SN é um elemento deslocado.*

***Palavras-chave:** clítico; pronome; objeto direto; aprendizagem; aquisição*

### **1. Introdução**

Estudos como os de Omena (1979), Duarte (1986), Malvar (1992), Pará (1997) e Luize (1997) têm apontado a perda do clítico acusativo de 3<sup>a</sup>. pessoa no Português de diferentes regiões do Brasil. Duarte (1989) considera que "a escola é um instrumento que municia o indivíduo com a habilidade de usar o clítico". Para Corrêa (1991), esse tipo de clítico é aprendido via instrução formal e se dá primeiro na modalidade escrita. Kato (1996) propôs que o clítico é adquirido como morfologia estilística.

Segundo Corrêa, a aprendizagem do clítico não é tranqüila, pois nos textos dos alunos aparecem casos de hipercorreção, em que se verifica a presença de dois clíticos, por exemplo. Além das hipercorreções, não é raro encontrarmos em redações do Enem e do vestibular da Fuvest estruturas de objeto duplo e ocorrências de concordância verbal com o clítico acusativo. Cordeiro (2004), com base nos testes aplicados em escolas e na produção espontânea dos alunos, confirmou a presença de estruturas de objeto duplo e de concordância verbal com o clítico.

Neste trabalho, retomo os dados analisados por Cordeiro e discuto a natureza do clítico e do SN na posição de objeto. Proponho que o “clítico acusativo de 3<sup>a</sup>. pessoa”

aprendido não tem a natureza de clítico, mas sim de pronome e que o SN é um elemento deslocado na sentença, i.e. não ocupa a posição argumental de objeto direto. Essas propriedades do clítico e do SN explicam a concordância verbal que os alunos estabelecem com o objeto.

Na primeira seção, faço revisão da literatura sobre a realização do objeto direto no PB; na segunda seção retomo a diferença entre aprendizagem e aquisição; na terceira seção apresento os resultados dos trabalhos de Averborg (1998), de Correa (1991) e de Cordeiro (2004) e na última seção analiso a natureza do clítico acusativo de 3ª. pessoa e do NP na posição de objeto.

## **2. Objeto direto de 3ª. pessoa: revisão da literatura**

O trabalho de Duarte (1986), centrado na língua oral, mostra que o clítico acusativo de 3ª. pessoa está em franco processo de extinção. O índice mais alto de uso do clítico acusativo é de 5%, registrado na fala de São Paulo. Em Santa Catarina (Luize 1997) e no distrito federal (Malvar 1992) o índice é de 1%. No Rio de Janeiro, fica em zero por cento (Pará 1997).

O clítico tem sido substituído pelo pronome tônico (*ele*), pela repetição do sintagma nominal ou pelo objeto nulo. O objeto nulo tem sido tomado como “forma preferencial para a representação do objeto direto anafórico” (Duarte 2001): oscila entre 46% no distrito federal e 63% no Rio de Janeiro e em São Paulo. Santa Catarina ocupa posição intermediária com 54%.

Quanto à realização plena do objeto direto na forma de SN, São Paulo registra 17%, índice muito próximo ao do pronome tônico (15%). No distrito federal os índices de SN e de pronome tônico também se aproximam, 28% e 25% respectivamente. No Rio de Janeiro e em Santa Catarina, o uso do SN como objeto anafórico supera o do pronome tônico: 24% de SN e 14% de pronome no Rio e 36% de SN e 9% de pronome em Santa Catarina.

Se considerarmos que os trabalhos com os dados de fala do Rio de Janeiro e de Santa Catarina são de 1997, ou seja, com cinco anos de diferença em relação ao trabalho sobre a fala do distrito federal (1992) e com onze anos de diferença em relação aos dados de São Paulo (1986), pode-se hipotetizar que, para além de uma variação diatópica temos aí uma mudança em progresso: a competição que havia entre pronome tônico e SN é resolvida em favor do SN.

Esses resultados são reveladores. Eles referem-se à modalidade falada da língua, que se diferencia da escrita em vários aspectos, entre os quais o acesso ao contexto situacional da comunicação. Isso significa que, apesar do contexto situacional, os falantes estão repetindo o SN.

Em dados extraídos da modalidade escrita de alunos de diferentes séries escolares, o índice de SN é tão alto (41%) que se distancia do pronome tônico (15%) e passa a competir com o objeto nulo (43%), conforme os resultados do trabalho de Averborg (1998).

Analisando o comportamento do clítico e do pronome tônico na posição de objeto em textos escritos produzidos por alunos, Cordeiro (2004) verificou que entre a 5ª. e 7ª. série, tem-se o predomínio do uso do pronome. Na 8ª. série, ano de efetiva aprendizagem do clítico, pois ele aparece com antecedentes de traços [ $\pm$  animado,  $\pm$  referencial], o clítico compete com o pronome. No ensino médio o índice de clíticos supera o de pronomes tônicos na posição de objeto anafórico.

Desses trabalhos podemos extrair algumas considerações: i. na fala e na escrita o SN suplanta o pronome; ii. na escrita o pronome cede espaço para o clítico ao longo das séries, o qual se mantém com índices muito baixos. Em outras palavras, o que está em evidência na posição de objeto é o SN pleno e a troca do pronome pelo clítico no decorrer das séries escolares.

Na próxima seção retomo a diferença entre aquisição e aprendizagem para em seguida analisar os dados de textos escritos.

### **3. Aquisição e aprendizagem: dois processos distintos**

Chomsky (1986) distingue a língua-E, um conjunto de enunciados, da língua-I, um objeto mental, ou seja, o conhecimento que os indivíduos têm da língua. Este conhecimento internalizado constitui o sistema cognitivo computacional de que depende a aquisição da linguagem. Neste quadro teórico, a criança, quando está exposta à língua-E dos adultos constrói a sua língua-I. Ela não tem acesso à língua-I do adulto. A esse processo se dá o nome de aquisição natural da linguagem, o que ocorre nos mais tenros anos de idade da criança, mais ou menos entre 2 e 4 anos de vida.

No caso em análise, o clítico acusativo está ausente da Língua-E, ou seja, não faz parte dos enunciados produzidos pelos adultos, dados a que a criança está exposta para construir sua gramática. Isso significa que o clítico acusativo de 3<sup>a</sup>. pessoa está ausente do processo natural de aquisição da linguagem.

O fato é que ainda que possa vir a ter algum contato com o clítico, como em textos bíblicos ouvidos durante um culto, a criança não o adquire normalmente. Ela só vai estar exposta com certa regularidade ao clítico, por meio de textos escritos, o que se dá durante o processo de escolarização, período em que se desenvolve o conhecimento meta-cognitivo.

Segundo Kato (1996), no processo de aprendizagem, que ocorre via instrução formal, há um “comportamento consciente de monitoração do produto”, o que é evidenciado pelas estratégias de esquiva e pelos casos de hipercorreção, como em *para o identificá-lo* ou *elas o reconheceram ele*. O clítico acusativo é aprendido como “morfologia estilística”, pois é usado de forma significativa apenas na língua escrita. Para a autora, a morfologia estilística não faz parte do conhecimento internalizado da criança, o que significa que não se recupera “o sistema de clíticos como parte de um sistema de representação em nível de Língua - I”.

Com os dados da seção seguinte mostro que, ainda que não se tenha uma exposição natural aos dados e ainda que a escola não tenha conseguido intervir com eficácia, a aprendizagem dos clíticos depende do sistema de representação em nível de Língua-I.

### **4. O clítico acusativo de 3<sup>a</sup>. pessoa na escola**

Corrêa (1991) estudou a realização do objeto a partir de textos orais e escritos produzidos por alunos de diferentes graus de escolarização. A autora observou o crescimento do uso do clítico à medida em que cresce o nível de escolaridade.

Averburg (op.cit.) e Cordeiro (op.cit.) chegaram a conclusões semelhantes. Após terem estudado textos produzidos por alunos de diferentes séries, as autoras observaram que o uso do clítico acusativo cresce ao longo das séries em contraposição ao uso do pronome tônico que tende a cair. Isso significa que por intervenção da escola o aluno é levado a usar o clítico e a inibir o uso do pronome tônico na posição de objeto. Ainda

que o clítico venha a substituir o pronome tônico, esse êxito é relativo na medida em que o SN, como sustenta Duarte (2001), tende a se manter como estratégia na representação do objeto anafórico.

Corrêa observou ainda que o clítico é aprendido primeiro na língua escrita para depois aparecer na fala. Comparando a seriação no uso do clítico com o da concordância verbal, a autora concluiu que a aprendizagem do clítico se faz concomitantemente com a da concordância.

No que diz respeito à concordância verbal, Cordeiro obteve os seguintes exemplos de produção espontânea dos alunos em que o verbo concorda com o objeto pronominal (1) ou clítico (2-4):

1. O cachorro levaram elas para um lugar... (1º EM)
2. O cachorro as matou e estrebucharam-as ( 2ºEM)
3. O cachorro matou as ovelhas...as esquartejaram (8ªEF)
4. Então o cachorro as mataram e dividiu com o juiz como acerto da dívida. (1º EM)

A concordância verbal com o clítico se dá principalmente em contexto de sujeito nulo ou quando a posição de sujeito não é ocupada por pronome, mas por SN (frases acima).

A produção espontânea dos alunos revela outras três propriedades do clítico acusativo de 3ª. pessoa em processo de aprendizagem: i. o traço [+animado] de um SN dispara a relação anafórica (5), ii. o clítico aparece em contextos de duplicação de objeto (6-8) e iii. o gênero do antecedente é mais saliente do que o número (6/8):

5. Elas não tinham um osso, mas tinham a vida e as entregou. O cão as matou... (1º.EM)
6. ... e eles a picaram elas todinha (7ªEF)
7. ... e acusou as duas ovelhas de ter o roubado o osso (7ª EF)
8. ... esquartejoua as ovelhinhas (8ª EF)

A duplicação do objeto encontra sua justificativa na duplicação do sujeito, uma estratégia bastante comum no PB ( Duarte 1995, entre outros):

9. A Clarinha, ela cozinha que é uma maravilha. (Duarte 1995)

Esses dados sugerem que no processo de aprendizagem dos clíticos os alunos se servem da estratégia da duplicação, que no caso da posição de sujeito é internalizada. Em outras palavras, o redobro dos clíticos, uma estrutura ausente no PB, é motivado ou tem por modelo a duplicação do sujeito.

Assim, tanto a duplicação do clítico quanto a concordância verbal revelam a relação de dependência que a aprendizagem tem em relação ao sistema de representação em nível de Língua-I. Aquisição e aprendizagem acionam a Língua-I. A diferença está no tipo de exposição aos dados, se é natural/espontânea ou não.

## **5. A natureza do clítico acusativo de 3ª. pessoa e do SN na posição de objeto**

Como vimos na seção 1, apesar de o objeto nulo ser a estratégia predominante para a realização do objeto anafórico na modalidade falada da língua, nos últimos anos tem-se verificado o crescimento dos índices de objeto anafórico na forma de SN.

O aumento do uso do SN deve-se, a meu ver, à recuperação do que ocorre na posição de sujeito na fala do adulto. Em outras palavras, assim como na posição de sujeito o pronome fraco duplica o SN ou o pronome forte à sua esquerda, o clítico ou o objeto nulo duplica o SN (7/8) ou o pronome à sua direita (6). Nesse sentido, o SN e o pronome só aparentemente ocupam a posição do objeto. Na verdade, eles são elementos deslocados. Ocupam a margem direita da sentença e duplicam o objeto nulo ou o clítico, assim como se dá no caso do sujeito (Kato 1999):

Duplicação do sujeito	Duplicação do objeto
Os meninos <sub>i</sub> ... eles <sub>i</sub> /0 <sub>i</sub>	os <sub>i</sub> / 0 <sub>i</sub> ... os meninos <sub>i</sub>
ELES <sub>i</sub> .....eles <sub>i</sub> /0	os <sub>i</sub> / 0 <sub>i</sub> .....ELES <sub>i</sub>

Em alguns casos, a presença de um epíteto parece ter a função duplicadora do clítico (10). Entretanto, a coocorrência do SN e do epíteto sugere que a duplicação se faz com o SN, que pode estar pleno ou nulo:

- 10. ...entregasse os ossos ou iriam esquartereja-las, as pobres coitadas... (3<sup>a</sup>. EM)
- 11. Começaram acusa-la as ovelhas, as pobres coitadas. (3<sup>o</sup> EM)

A similaridade entre sujeito e objeto na questão da duplicação nos leva a outra. Ao discutir a homofonia do pronome tônico na posição de sujeito e de objeto, Raposo (op.cit.) propôs que no PB os pronomes tônicos não têm definição morfológica. Propomos que a indefinição morfológica ocorre também com os clíticos acusativos de 3<sup>a</sup>. pessoa, não porque eles aparecem nas duas funções sintáticas mas porque entram em relação de concordância com o verbo. Assim, tanto clítico (2-4) quanto o pronome tônico (1) na posição de objeto podem acionar a concordância verbal.

## 6. Considerações finais

Kato (1999) classifica os pronomes em fracos e fortes. Dentro dessa proposta a forma livre e o clítico compartilham propriedades que os agregam em um mesmo grupo de pronomes, os fracos. A concordância verbal acionada pelo clítico e pelo pronome na posição de objeto (1-4) sinaliza, a meu ver, uma das propriedades que o clítico “aprendido” compartilha com a forma livre do pronome fraco, que ocupa a posição de sujeito.

A coocorrência de clítico e de SN anafórico é indício de que a estrutura de sujeito duplo é retomada no processo de aprendizagem dos clíticos. Isso significa que a língua-I é acionada no caso da aprendizagem de uma morfologia estilística. Dada a indefinição de caso do clítico de 3<sup>a</sup>. pessoa, os traços de animacidade e de gênero de antecedentes potenciais guiam o aluno no estabelecimento das relações anafóricas, de que também depende a aprendizagem do clítico “acusativo” de 3<sup>a</sup>. pessoa, e detonam a concordância verbal.

## 7. Referências bibliográficas

- AVERBUG, M. Objeto direto anafórico: variação na produção oral e escrita e influência do ensino. *Anais do VII Congresso da ASSEL-RIO*, 1998, p.680-687.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of language*. New York, Praeger, 1986.
- CORDEIRO, R. *A aprendizagem do clítico acusativo de 3ª. pessoa*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- CORRÊA, V. *Objeto direto nulo no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, 1991.
- DUARTE, M. E. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, PUC, São Paulo, 1986.
- DUARTE, M.E. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil. In Fernando Tarallo (org.) *Fotografias Sociolinguísticas*. Pontes, Campinas, 1989.
- DUARTE, M.E. *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*, Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 1995.
- DUARTE, M.E. Ensino da língua em contexto de mudança. *Cadernos do IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, vol. IV, no. 12, 2001, p. 51-61.
- KATO, M. *Português Brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança linguística*. In: I.Duarte e I.Leiria (orgs) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português. Vol II.*, 1996, p. 211-237.
- KATO, M. *Strong pronouns and weak pronominals and the null subject parameter*. *PROBUS*, 11,1, 1999, p.1-37.
- LUÍZE, T. *Entre o PE e o PB: o falar açoriano de Florianópolis*. Dissertação de mestrado, UFSC, Florianópolis, 1997.
- MALVAR, E. *A realização do objeto direto de 3ª. pessoa em cadeia anafórica no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, UnB, Brasília, 1992.
- OMENA, N. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Dissertação de mestrado, PUC, Rio de Janeiro, 1978.
- RAPOSO, E. Some observations on the pronominal system of Portuguese. *CatWPL* 6, 1998, p. 59-93.